

Judite Parreira, Diretora Regional de Cultura

“Defendo uma política cultural verdadeiramente descentralizada” para que a cultura seja “um direito efectivo de todos”

A responsável pela Direcção Regional da Cultura defende uma política cultural “assente na identidade” açoriana, mas com visão de futuro, combinando património como base, criação contemporânea como motor, formação de públicos como condição e economia criativa como resultado. Ao Diário dos Açores, assume os constrangimentos sentidos pelos agentes culturais e aponta como resposta as alterações ao Regime Jurídico de Apoio a Actividades Culturais, com candidaturas em plataforma digital, manual do candidato, maior transparência e acompanhamento em tempo real. A dirigente insiste ainda numa cultura “como direito efectivo de todos”, com uma rede de circulação e co-produção entre ilhas, e numa aposta articulada entre cultura e educação, sem opor conservação a modernização, mas reforçando também investigação e digitalização dos acervos

POR RUI LEITE MELO

Que “retrato” faz hoje da Direcção Regional da Cultura?

A Direcção Regional da Cultura apresenta-se como uma estrutura central e indispensável à vida cultural da Região, com um campo de actuação muito vasto e uma presença efectiva em todo o arquipélago. É responsável pela gestão de museus, bibliotecas, arquivos e centros culturais, pela salvaguarda do património material e imaterial e pelo apoio à criação artística, assumindo um papel estruturante na preservação da identidade cultural açoriana.

É uma instituição activa, com impacto real em todas as ilhas, que enfrenta o desafio de se tornar mais próxima, mais ágil e mais dialogante com os criadores e as comunidades, num contexto em que a cultura continua a ser um pilar essencial do desenvolvimento social e identitário dos Açores.

A Cultura viveu mudanças sucessivas de direcção nos últimos anos. Como explica essa instabilidade e que efeitos concretos teve na execução, nos agentes culturais e nos compromissos assumidos?

A cultura é uma área transversal, sensível a reorganizações e a novos enquadramentos estratégicos. Depende de planeamento, de calendários bem definidos e de previsibilidade financeira. Entendo as preocupações dos agentes culturais, mas, não vou falar do passado, tenho os pés assentes no presente e os olhos postos no futuro. De resto, estou cá para trabalhar, com empenho e dedicação, no sentido de criar um ambiente de confiança e colaboração.



Que ideia de Cultura quer imprimir? Mais centrada na criação contemporânea, no património, na formação de públicos, na economia criativa, ou numa combinação?

A política cultural para os Açores deve partir da nossa identidade, das nossas especificidades, daquilo que nos torna únicos,

sempre com uma visão de futuro. Valorizar as nossas tradições não significa cristalizá-las, significa permitir que continuem vivas, em permanente diálogo com as novas gerações e com a criação contemporânea.

Eu diria que tem de haver uma combinação estratégica de todas essas dimensões. Uma política

cultural sólida deve usar o património como base, a criação contemporânea como motor, a formação de públicos como condição de futuro e a economia criativa como resultado.

Os agentes culturais apontam atrasos em pagamentos e execução de apoios. Que leitura faz dessas críticas e como prevê resolver o problema?

Tenho a plena consciência dos desafios que enfrentam os agentes culturais. Por isso pretendo manter um diálogo franco e aberto com o sector. É necessário reforçar a estabilidade com mecanismos de financiamento previsíveis e sustentados, que permitam às estruturas culturais planejar e crescer em segurança, com formação, valorização e qualificação dos artistas, técnicos e agentes culturais.

O Regime Jurídico de Apoio a Actividades Culturais, mais conhecido pelos agentes culturais por RJAAC, tem já algumas alterações muito significativas. Desde logo, e pela primeira vez, possibilita submeter as candidaturas através da plataforma digital, o que agiliza os processos; disponibiliza um Manual do Candidato por forma a evitar erros nas candidaturas; proporciona uma maior transparência e acompanhamento em tempo real; permite a consulta do estado dos processos, notificação automática e critérios claros.

Que modelo defende para garantir que a política cultural não se concentra em S. Miguel e na Terceira? Como imagina uma rede real de circulação, co-produção e programação entre ilhas?

Defendo uma política cultural